

Manifestação da Faculdade de Educação da Unicamp sobre o “Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania”

Por solicitação da Reitoria da Unicamp, a Congregação da Faculdade de Educação, em sua quadragésima sétima reunião ordinária, aprovou o seguinte parecer elaborado pelo Professor Sérgio Leite sobre o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania:

“*Descrição dos fatos.* — O apelo lançado em 1985, na 23ª Reunião da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), teve como consequência a resolução da ONU nº 42/104, proclamando 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização (AIA), visando, entre outras metas, a preparação de um plano de ação para ajudar os países membros a erradicar o analfabetismo até o ano 2000.

“No Brasil, a resolução provocou dois desdobramentos imediatos: 1) a Assembleia Nacional Constituinte determinou a eliminação do analfabetismo e universalização do Ensino Fundamental nos 10 primeiros anos de promulgação da nova Carta Magna; 2) o presidente da República criou, no MEC, através do Decreto nº 97.219, de 14.12.1988, a Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização, formada por representantes de órgãos governamentais e civis, encarregada de coordenar nacionalmente os programas e atividades do AIA, a qual foi instalada no final do primeiro semestre de 1989. Em novembro do mesmo ano, a Comissão lançou o documento “Alfabetizar e Libertar”, onde apresentou um panorama geral da situação da analfabetismo, uma análise da mesma e, na última parte, uma proposta metodológica, visando a elaboração de uma Política Nacional de Alfabetização e Educação Básica.

“Tal proposta previa o desenvolvimento do trabalho em três fases: 1) fase municipal, coordenada pelos órgãos municipais de Educação, com o objetivo de elaborar um documento diagnóstico e um plano de ação regional, para uma política de alfabetização, culminando esse processo local com a realização de assembleias municipais, com a participação da rede de ensino e demais setores interessados; 2) fase estadual, coordenada pelas secretarias de Educação, visando consolidar em um único documento estadual as diretrizes municipais, através da realização das assembleias estaduais; 3) fase nacional e, coordenada pelo MEC, através do Congresso Nacional de Alfabetização e Ensino Básico, para elaborar a Declaração Nacional dos Direitos do Analfabeto e a Política Nacional de Educação Básica, a partir dos documentos das unidades federais.

“Com a mudança de governo, a Comissão Nacional não foi mais convocada, desde março de 1990, apesar de também não ter sido extinta. Em agosto passado, o governo divulgou, através do MEC, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, com o objetivo de “viabilizar as condições necessárias a que todo cidadão tenha assegurada sua oportunidade de alfabetizar-se, independente da sua idade, condição financeira ou local de moradia”. Para tanto, propôs a mesma metodologia definida pela Comissão Nacional, no documento *Alfabetizar e Libertar*, dividindo o trabalho em três fases: 1) assembleias municipais, de 20 a 27 de setembro, com duração de três dias, visando a formulação de um plano de ação regional a partir de diagnóstico feito; 2) assembleias estaduais

de 23 a 30 de outubro, visando consolidar os planos estaduais em um único documento por unidade da federação; 3) assembléia nacional, em meados de dezembro, com objetivos de definir ações e responsabilidades. Além disso, o documento governamental prevê condições mínimas para o início do processo de operacionalização: a) localização e preparo de espaços físicos disponíveis; b) recrutamento, seleção e treinamento de professores-monitores; c) garantia de remuneração adequada aos professores-monitores; d) seleção, aquisição e distribuição de material didático-pedagógico. Assume como meta alfabetizar, até março de 1995, cerca de 17 150 000 pessoas, ou seja 70% da população analfabeta, com verba inicial disponível para 1990 de 10 bilhões de cruzeiros (informação esta obtida através de jornais).

“Ainda em agosto, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) encaminhou um telex às IES solicitando sugestões de aprimoramento das propostas definidas pelo próprio CRUB, com relação ao programa nacional governamental. Tais sugestões foram encaminhadas no documento *Universidade, Cidadania e Alfabetização*. Propõe que as universidades participem do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania de acordo com os seguintes objetivos gerais: a) geração de conhecimento através do ensino e formação do aluno, da reciclagem de docentes, da educação continuada e da divulgação do conhecimento produzido; b) articulação com os diferentes segmentos do Estado e da sociedade civil. Neste sentido, o mesmo documento do CRUB encaminha as seguintes recomendações: a) rever e definir uma nova política de formação dos alfabetizadores; b) ações que possibilitem discussão e disseminação do conhecimento sobre alfabetização; c) estimular a criação de programas de pesquisa sobre alfabetização, enfatizando o seu caráter multidisciplinar; d) articular-se com os sistemas estadual e municipal de ensino com vistas ao aperfeiçoamento de recursos humanos; e) incentivar a criação de uma rede nacional de intercâmbio sobre alfabetização, visando a divulgação e troca de experiências; f) abrir espaço físico disponível para o trabalho de alfabetização; g) prestar cooperação técnica na elaboração de projetos globais; h) revisão e aprimoramento da qualidade do currículo dos cursos de licenciatura; i) atuar junto aos órgãos públicos, visando priorizar a educação em todos os seus níveis e ampliar o volume e as fontes de financiamento para a educação.

“*Parecer 1.* Diante do exposto, a Congregação da Faculdade de Educação entende que as universidades brasileiras, em especial as públicas, não podem ficar alheias a todo esse processo que se desenvolve não só a nível nacional, como também a nível internacional. Trata-se do esforço não de um país isolado, mas de toda uma comunidade mundial, através da ONU, visando a erradicação do analfabetismo até o ano 2000. Em nosso país, estima-se a existência de 20 milhões de analfabetos, além de mais 40 milhões analfabetos funcionais. Tais números, pela sua magnitude, exigem um esforço coletivo, ainda que tardio, envolvendo o Estado e toda a sociedade civil, visando garantir a toda a sociedade o direito à alfabetização, a qual, sem dúvida, situa-se como condição necessária, embora não suficiente, para o exercício da cidadania.

“2. No entanto, a Congregação da Faculdade de Educação também entende que a questão do analfabetismo certamente não será resolvida através de campanhas nacionais, desvinculadas de uma política mais ampla que venha a conter a “produção do analfabetismo”. O enfrentamento da questão exige a formulação e implantação de políticas integradas, visando: a) a efetiva melhoria das condições do ensino básico, possibilitando o atendimento de qualidade a toda a população, bem como a sua permanência na escola, durante, pelo menos, o período correspondente ao ensino de 1º grau; b) a alfabetização da população adulta

analfabeta, através de todas as instâncias da sociedade, incluindo as redes de ensino público; c) oportunidades de desenvolvimento aos cidadãos, após o período de alfabetização, numa perspectiva de educação constante e continuada, possibilitando condições de aprimoramento do exercício da cidadania.

“3. Apesar disso, não se está negando a possibilidade de uma campanha nacional, democraticamente planejada, como estratégia para motivação e organização da sociedade para o enfrentamento da questão. No caso, as propostas apresentadas pelo CRUB e pelo documento do MEC justificam-se por se tratarem de objetivos assumidos internacionalmente e por terem assimilado plenamente a metodologia proposta pela Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização, que prevê ampla participação de todos os setores da sociedade civil, dando grande ênfase à participação e às ações a nível do município. O que o documento propõe, portanto, são as estratégias de organização da sociedade, visando o planejamento de uma política nacional de alfabetização e ensino básico.

“4. Nessa perspectiva, a Congregação da Faculdade de Educação avalia que as universidades, em especial a Unicamp, devem participar de todas as etapas previstas de forma a garantir o caráter democrático inicialmente exposto no documento. Entretanto, é de se prever que dificilmente essas etapas serão desenvolvidas de acordo com o cronograma proposto, dada a exigüidade de tempo. Tal cronograma foi proposto pela Comissão Nacional no final do ano passado e previa que no primeiro semestre de 1990 seriam desenvolvidas as etapas iniciais. No entanto, o trabalho da comissão não teve continuidade a partir de fevereiro desse ano, perdendo, portanto, todo esse período. Necessária, pois, a revisão do cronograma apresentado.

“5. Da mesma forma, é previsível que os recursos previstos não serão suficientes para uma campanha que pretende mobilizar toda a sociedade civil e garantir ações em todo o território nacional.

“6. Uma outra sugestão apresentada pela Congregação da Faculdade de Educação diz respeito à reativação da Comissão Nacional do AIA, na coordenação de todo o trabalho previsto, principalmente pelo fato da metodologia proposta ter sido elaborada pela referida Comissão. Esta poderia, inclusive, ser ampliada, possibilitando a participação de mais setores representativos da sociedade civil.

“7. Com relação às recomendações específicas do CRUB, sugere-se a imediata criação, pela Reitoria, de uma Comissão da Universidade que realize um levantamento dos recursos existentes e das ações em desenvolvimento com relação à alfabetização e ensino básico, bem como a elaboração de propostas que possibilitem maior participação da Unicamp nas atividades locais, regionais e nacionais. No caso da Faculdade de Educação, vários grupos de trabalho e docentes individualmente vêm desenvolvendo projetos de pesquisa e assessoria junto às redes de ensino público, realizando ações relacionadas com alfabetização e ensino básico. Planeja-se atualmente um curso de especialização, juntamente com o IEL, sobre alfabetização.”

Balanço negativo do Ano Internacional da Alfabetização no Brasil

O Ano Internacional da Alfabetização, estabelecido pela Unesco, terminou sem que o Brasil tivesse uma dimensão exata do seu problema na área. A não-realização do Censo Decenal pelo IBGE em 1990 faz com que se disponha ape-

nas de projetos sobre a quantidade de analfabetos no país. A última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) do IBGE foi em 1987.

Transcrevemos a seguir algumas informações publicadas na *Folha de S. Paulo* de 26.12.90, que fazem um balanço do Ano Internacional da Alfabetização no Brasil.

“A Unesco calcula que há atualmente cerca de 19 milhões de brasileiros analfabetos com mais de 10 anos. Se for adotado critério mais rigoroso — o de ter estudado pelo menos quatro anos — o número de pessoas analfabetas no país sobe para 45 milhões, segundo Sérgio Haddad, secretário-geral-adjunto do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi).”

“As avaliações de educadores sobre o ano no Brasil também são negativas, apesar de o governo se mostrar otimista. No plano internacional, os países da América Latina sofreram uma derrota na Conferência Mundial realizada em março na Tailândia. ‘Não foi aprovada a proposta de repassar recursos da dívida externa para a educação’, diz Maria Clara Di Pierro, da secretaria-executiva do Grupo de Estudos e Trabalhos Sobre a Alfabetização (Geta).”

“A campanha contra o analfabetismo no país ‘não tocou na questão da escola pública’, diz Alceu Ravelle Ferrari, professor-titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Segundo ele, ‘as campanhas de alfabetização têm efeito muito limitado quando não envolvem o ensino básico’. ‘Senão, acontece como no Mobral, onde as pessoas que foram alfabetizadas depois de um tempo só sabem assinar seus nomes’, afirma.”

“Sérgio Haddad, do Cedi, acredita que o grande número de eventos em torno à alfabetização este ano levou os educadores a refletirem mais sobre o problema. Mas, ‘se o objetivo era fazer a sociedade se conscientizar, o resultado foi frágil’, afirma...”

“O resultado não é animador; tivemos mais propostas do que ação, diz Maria Clara Di Pierro. Para ela o Programa Nacional de Alfabetização, lançado pelo ministro Carlos Chiarelli em setembro passado, ‘não tem diagnóstico do problema, nem projeto de distribuição do dinheiro’... Segundo Pierro, a Conferência Nacional anunciada para dezembro pelo ministro não saiu do papel.” (*Folha de S. Paulo*, 26.12.90, p. C-8).

Analfabetismo no Estado de São Paulo

Conforme reportagem da *Folha de S. Paulo* do dia 27.12.90, “cerca de 31% da população acima de 10 anos do Estado de São Paulo é ‘analfabeta funcional’. O termo, usado por educadores, indica pessoas com menos de três anos de escolaridade.” Segundo relatório da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), divulgado no final de 1990, “do total de 24 milhões de habitantes de 10 anos e mais (em São Paulo), 7,5 milhões não estão preparados para viver em uma sociedade grafocêntrica (que está centrada na escrita)”.

Segundo o mesmo relatório, 11% da população de 10 anos e mais estão na categoria “sem instrução ou com menos de um ano de estudo”, o que a torna “analfabeta absoluta”. Cerca de 20% da população paulista estudaram de um a três anos. Somando-se os dois índices, tem-se o índice de “analfabetos funcionais” (31%).

O percentual de analfabetismo na zona rural do Estado é aproximadamente o dobro do existente nas cidades, mas a grande concentração urbana faz com que 85% dos “analfabetos funcionais” estejam morando em cidades.

A taxa de 11% de analfabetismo existente no Estado de São Paulo é uma das mais baixas do Brasil. O número total de analfabetos do Estado é próximo ao

existente na Bahia e superior ao de Minas Gerais. São 2,1 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever e que têm acesso apenas à informação superficial transmitida pela televisão.

Convênio da Unicamp com a Universidade de Luján, da Argentina

Em virtude de um convênio já celebrado entre a Unicamp e a Universidade de Luján da Argentina, a Faculdade de Educação propôs termo aditivo ao mesmo para estabelecer intercâmbio de formação científica, textos, planos e programas de estudos, bem como de docentes e discentes.

XII Reunião Anual da Anped

Realizou-se em Belo Horizonte, entre 15 e 19 de outubro, a XII Reunião Anual da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). A Faculdade de Educação, na ocasião, foi oficialmente representada pelo coordenador da Pós-Graduação, Prof. Dr. Dermeval Saviani.

Segundo informe do Prof. Saviani, a reunião teve como tema central “Neo-Liberalismo e Educação, Ciência e Tecnologia” e foi distribuída entre grandes conferências, apresentação da produção científica dos grupos de trabalho temáticos, reuniões de coordenadores de Pós-Graduação e de grupos de trabalho, mesas-redondas e assembléia geral.

O Prof. Saviani avalia também que essa reunião anual representou um avanço em relação às reuniões anteriores. A exigência de que as atividades dos grupos de trabalho fossem baseadas em textos escritos enviados previamente conferiu à reunião maior consistência enquanto espaço de apresentação da produção científica na área. Destaca ainda que foram apresentados sete trabalhos oriundos da Faculdade de Educação.

Seminário sobre Novas Tecnologias e a Formação do Trabalhador: a Questão da Politecnia

Nos dias 29 e 30 de outubro de 1990 realizou-se na Faculdade de Educação da Unicamp um seminário sobre “Novas Tecnologias e a Formação do Trabalhador: a Questão da Politecnia”. O painel do primeiro dia, que versou sobre a “A Problemática da Politecnia”, foi coordenado pela Prof^a Lili K. Kawamura e teve como expositores o Prof. Ramón Pena Castro, da Universidade Federal de São Carlos, e o sindicalista do Dieese, Mário Salermo. O painel do segundo dia, coordenado pela Prof^a Olinda Maria Noronha, tratou das “Críticas e Perspectivas da Politecnia” e teve como expositores os professores Lucila R. S. Machado (da Universidade Federal de Minas Gerais), Dermeval Saviani (da FE) e o secretário-geral da CUT do Estado de São Paulo, José Lopez Feijó.

Viagem de estudos a “colleges” do Canadá

No período de 1 a 30 de setembro de 1990, o Prof. José Camilo dos Santos Filho, do Departamento de Administração e Supervisão Educacional, através de bolsa de instituição canadense, realizou pesquisa e visitou CEGEPs (Colleges d'Enseignement Général et Professionnel) e universidades da província de Québec e CAATs (Colleges of Applied Arts and Technology) e universidades da província de Ontario. Nesta viagem, conheceu também o famoso OISE (Ontario Institute for Studies in Education), a mais famosa escola de pós-graduação em Educação do Canadá, com uma das melhores e mais ricas bibliotecas na área de educação do país. Nesta trajetória, estabeleceu contatos com professores das Faculdades de Educação das universidades visitadas, especialistas nas áreas de administração educacional e ensino superior.

Viagem de estudos à França

No período de 1 a 30 de novembro de 1990, a Prof^a Sarita Maria Affonso Moyses, do Departamento de Metodologia do Ensino, viajou a Paris (França), a fim de desenvolver pesquisa, junto ao Cresas e ao Institut National de Recherche Pedagogique, sobre alfabetização e escravidão no Brasil.

